



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

FEAM	
Protocolo nº: 03+2858/2010	96
Divisão: PRO/Adm	FL. Nº
Mat.	Visto

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Processo nº: 01232/2002/001/2002

Assunto: Diligência da CNR/COPAM referente ao Auto de Infração nº 971/2002.

Interessado: SANTA ROSA EMPREENDIMENTOS LTDA.

Relatório

A Câmara Normativa e Recursal do COPAM em reunião realizada em 22/03/2010, decidiu baixar o processo em diligência a ser cumprida pela Procuradoria da FEAM, para prestar esclarecimentos diante do conflito entre o entendimento do Conselheiro da FIEMG e as alegações do órgão ambiental a respeito das questões levantadas no parecer de fls. 88/90, referente a obrigatoriedade ou não de licenciamento de loteamentos com área inferior a 100 hectares implantado em 1995.

O ponto questionado pelo conselheiro refere-se a ausência de disposição legal, como poderemos demonstrar, não subsiste, diante da legislação ambiental vigente à época do fato constitutivo da autuação.

Estabelece a Lei 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, a obrigatoriedade do licenciamento ambiental, nos termos de seu artigo 10, para toda instalação considerada efetiva ou potencialmente poluidora, bem como sob qualquer forma de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do meio Ambiente – SISNAMA e do IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças.

Neste mesmo sentido a Lei Estadual de nº 7772, de 8 de setembro de 1980, estabelecia em seu artigo 8º, antes da nova redação dada pela Lei nº15.972/06, *in verbis*:

“Art. 8º - A instalação, construção, ampliação ou o funcionamento de fonte de poluição indicada no Regulamento desta lei ficam sujeitos a autorização do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, mediante licença de instalação e funcionamento, após exame do impacto ambiental e de acordo com o respectivo relatório conclusivo”.

Dessa forma, podemos afirmar, facilmente, que não cabem questionamentos sobre a obrigatoriedade do licenciamento ambiental, bem como as autuações, decorrente de sua inobservância.

A própria definição de poluição e degradação dada pela lei ambiental e abrangente. Estabelece o artigo 2º da Lei 7.772/80, *in verbis*:

"Art. 2º - Entende-se por poluição ou degradação ambiental qualquer alteração das qualidades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente que possam:

I - prejudicar a saúde ou bem-estar da população;

II - criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

III - ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a qualquer recurso natural;

IV - ocasionar danos relevantes aos acervos histórico, cultural e paisagístico.

§ 1º - Considera-se fonte de poluição qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinaria, equipamento ou dispositivo, móvel ou não, que induza, produza ou possa produzir poluição."

O Regulamento da lei ambiental o então Decreto 21.228/80 com redação dada pelo Decreto nº 32.566/90, não foi diferente ao estabelece em seu artigo 8º a **obrigatoriedade de licenciamento** de todo e qualquer estabelecimento e atividade utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras no Estado de Minas Gerais.

"Art. 8º - A instalação, construção, ampliação e o funcionamento de estabelecimento e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem assim os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, ficam sujeitos ao licenciamento do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Neste mesmo regulamento ao disciplinar a matéria do licenciamento ambiental também definiu os estudos ambientais a ser apresentado pelo interessado ao órgão ambiental para análise das licenças ambientais.

"Art. 11 - Caso a etapa prevista para a obtenção de Licença Prévia (LP) ou Licença de Instalação (LI) esteja vencida, a mesma não será expedida, não desobrigando o interessado da apresentação ao COPAM dos estudos ambientais cabíveis, para a obtenção da Licença de Operação (LO).

§ 1º - Ainda que ultrapassada a etapa correspondente à Licença de Instalação (LI), o estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA deverão ser elaborados segundo as informações disponíveis, sem prejuízo das adicionais que forem exigidas pelo COPAM para o licenciamento, de modo a poder tornar públicas as características do empreendimento e suas consequências ambientais.

Cabe mencionar que a Resolução CONAMA Nº 01/86 estabelece as

definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política nacional do Meio Ambiente. Ou seja, define impacto ambiental e estabelece a obrigatoriedade de apresentação do **Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA** a serem submetidos á análise do pedido de licenciamento ambiental.

As atividades listadas pela referida Resolução de maneira exemplificativa indica aquelas passíveis de EIA/RIMA o que não quer dizer que poderia ser incluída outras atividades e empreendimentos, assim como, não quer dizer que aquelas atividades listadas em seu artigo 2º, com porte inferior, **não são passíveis de licenciamento ambiental**. Pelo contrário, indica as atividades e empreendimentos modificadores do meio ambiente e passível de licenciamento, conforme redação pelo artigo.

"Art. 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

*.....
XV- Projetos urbanísticos, acima de 100 há, ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;"*

Como é de conhecimento na formalização de processo de licenciamento ambiental poderá ser apresentado, dependendo do porte e potencial poluidor, o Relatório de Controle Ambiental e/ou Plano de Controle Ambiental.

Com o advento da Deliberação Normativa 01/90 ao regular a indenização dos custos de serviços de análise de licenciamento ambiental de fontes de poluição e atividades modificadoras do meio ambiente no Estado de Minas Gerais, em seu Anexo I, classificou as fontes de poluição em três classes de potencial poluidor ou degradador do meio ambiente, em função do seu porte e do seu potencial poluidor da atividade, sendo o loteamento em questão, **indicado como passível de licenciamento**, já repisado no parecer jurídico, o empreendimento com área de 27 há, conjugando-se o porte do empreendimento com o potencial poluidor/degradador grande, foi classificado como classe II.

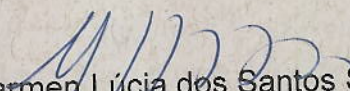
Conclusão

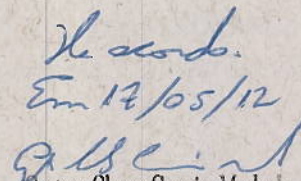
Ante todo exposto e considerando a legislação ambiental estadual e federal, bem como as demais normas decorrente, reiteramos na íntegra o Parecer Jurídico de fls.83/84 com a **manutenção da penalidade aplicada, por falta de**

licenciamento ambiental ao loteamento instalado irregularmente sem Licença de Instalação do COPAM, ao arrepio da Lei.

È o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 14 de maio de 2012.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – Masp 1043754-9
PROCURADORIA DA FEAM


Em 12/05/12
Gustavo Chaves Carneira Machado
Procurador do Estado
Procurador - Chefe da FEAM
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7